

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sociologia: das ausências às emergências

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alessandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-970-7

DOI 10.22533/at.ed.707211504

1. Sociologia. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Combater a ausência a partir da emergência. Boaventura de Sousa Santos, um dos principais sociólogos da atualidade, aborda em seu pensamento a necessária quebra da colonização e da razão indolente, para o estabelecimento de um paradigma norteado pela multiplicidade de identidades e pela atuação contra-hegemônica a partir da abordagem do cosmopolitismo.

Esta perspectiva sociológica é o que norteia a edição da presente obra intitulada “Sociologia: Das Ausências às Emergências”, livro que reúne diversas contribuições para o debate de temas relativos ao cenário de diversidade e de pesquisas e abordagens teóricas descolonizadoras. Os capítulos da obra são resultantes de artigos e divulgação de investigações ancorados no campo da Sociologia, mas que dialogam com outras áreas do saber, como história, ciência da saúde, direito, comunicação, dentre outros.

Da mesma forma que o conceito central do livro é de origem e de debate múltiplo, as pesquisas que reforçam o conceito das Ausências às Emergências também são de localidades distintas, reforçando o caráter cosmopolita da pesquisa. Assim, as contribuições da presente obra não se encerram no cenário de excelência em pesquisa nas instituições privadas e públicas do Brasil, mas ultrapassam os limites nacionais para reunir também pesquisas desenvolvidas no eixo ibérico, em especial em universidades e centros de pesquisas de Lisboa, Braga e Madrid.

O quadro final é o de um livro com múltiplos olhares científicos que aprofunda olhares sobre temas como democracia racial, a luta das Mães de Acarí por justiça, a ética do cuidado, a identidade laboral, questões ambientais, e até a necessária inclusão da Sociologia no currículo básico de ensino. A relevância dos temas, a profundidade das análises e o rigor das investigações tornam a coletânea “Sociologia: Das Ausências às Emergências” uma leitura fundamental para o debate dos assuntos invisibilizados socialmente, e para quem busca tornar presentes e reais os assuntos ausentes.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRISE DA MODERNIDADE OCIDENTAL E A PÓS-MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS	
Rodrigo Davi Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7072115041	
CAPÍTULO 2	17
A DEMOCRACIA RACIAL COMO UM PROJETO DE PLANIFICAÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS	
Nikolas Gustavo Pallisser Silva	
Alan Caldas	
DOI 10.22533/at.ed.7072115042	
CAPÍTULO 3	38
EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA APORTES DESDE EL ANÁLISIS DEL BIENESTAR DE LA INFANCIA EN ESPAÑA 2007-2015	
Gonzalo de Castro Lamela	
Clarisa Giamello	
DOI 10.22533/at.ed.7072115043	
CAPÍTULO 4	52
O REGIME DE PODER E O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT À ACHILLE MBEMBE	
Diego Borges Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7072115044	
CAPÍTULO 5	67
MISSÕES DE PAZ DA ONU SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO	
Claudia Santos	
Marlene Tamanini	
DOI 10.22533/at.ed.7072115045	
CAPÍTULO 6	83
DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA	
Nuno Manuel dos Santos Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.7072115046	
CAPÍTULO 7	98
DE DENTRO E DE FORA: ESTRATÉGIAS DE PERTENCIMENTO E PERMANÊNCIA EM UMA COMUNIDADE RURAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA	
Diana Anunciação Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7072115047	

CAPÍTULO 8	110
ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS: O IMPACTO DAS DESIGUALDADES EM DUAS ROTAS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	
Rovênia Amorim Borges	
Renísia Cristina Garcia-Filice	
DOI 10.22533/at.ed.7072115048	
CAPÍTULO 9	125
ESPACIALIDADES DO ESPIRITUAL NA PINTURA PÓS-MODERNA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO TRANSCENDENTAL MÍSTICO NA LINGUAGEM PICTÓRICA DA OBRA DE ARTE	
Salomé Marivoet	
DOI 10.22533/at.ed.7072115049	
CAPÍTULO 10	140
SIGILO PROFISSIONAL EM EQUIPES INTERPROFISSIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES	
Isabela Sarmet de Azevedo	
Bárbara Carlos Souza	
Juliana Manhães Fernandes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70721150410	
CAPÍTULO 11	152
FORMAÇÃO DOCENTE E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS CDSA/SUMÉ NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
Edmilson Cardoso da Silva	
Diane Ângela Cunha Custódio	
Ana Lúcia Nery Sabath	
DOI 10.22533/at.ed.70721150411	
CAPÍTULO 12	166
MOVIMENTOS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS NA COSTURA	
José Guirado Neto	
DOI 10.22533/at.ed.70721150412	
CAPÍTULO 13	180
O HISTÓRICO DAS LUTAS PELA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO BÁSICO DE ENSINO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	
Suelén Alves da Silva	
Sabrina da Silva Sousa	
Marco Aurélio Neves	
DOI 10.22533/at.ed.70721150413	
CAPÍTULO 14	193
UMA TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE O PODER LOCAL NO BRASIL: CAPITALS, ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES	
André Barsch Ziegmann	
DOI 10.22533/at.ed.70721150414	

CAPÍTULO 15	207
DESMISTIFICANDO UM CLAMOR SOCIAL CRIMINOSO E CRIMINALIZANTE Rafaela Lourenço da Silva Alexandra Lourenço DOI 10.22533/at.ed.70721150415	
CAPÍTULO 16	220
A LUTA DAS MÃES DE ACARI POR JUSTIÇA Dandara Vicente Soares DOI 10.22533/at.ed.70721150416	
SOBRE O ORGANIZADOR	232
ÍNDICE REMISSIVO	233

CAPÍTULO 14

UMA TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE O PODER LOCAL NO BRASIL: CAPITALS, ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 23/12/2020

André Barsch Ziegmann

UFPR\Uninter

Curitiba-PR

<http://lattes.cnpq.br/6311189462689550>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma pesquisa bibliográfica acerca dos principais estudos sobre o poder local no Brasil. Para alcançarmos nosso intento, classificamos as principais investigações acerca da política regional de acordo com a sua abordagem teórica. Sendo assim, os trabalhos foram agrupados em três grandes categorias: estruturas, capital social e instituições. A primeira, agrega os trabalhos que explicam o poder local a partir de algumas características da formação social e política brasileira. Na segunda, procuramos inserir aqueles estudos que visam identificar os atributos sociais mais comuns dos membros das elites dirigentes locais, e como tais recursos podem entendidos como recursos simbólicos que são convertidos em poder político. No terceiro, incluímos aqueles estudos que procuraram compreender a política nos Estados e Municípios, especialmente a partir da redemocratização, como resultado dos incentivos criados pelas instituições políticas. Concentramos nossa análise nas diversas formas que essas abordagens teóricas responderam a duas questões clássicas da teoria política e social: quem governa? E como governa? Além

disso, quando respondemos a primeira pergunta, procuramos destacar quais as fontes do poder social dos grupos dirigentes. Por fim, elaboramos algumas indicações sobre o potencial explicativa de cada um dos referenciais teóricos.

PALAVRAS - CHAVE: Política local; instituições; estrutura; capitais.

A TYPOLOGY OF STUDIES ON LOCAL POWER IN BRAZIL: CAPITALS, STRUCTURES AND INSTITUTIONS

ABSTRACT: The present work aims to develop a bibliographic research about the main studies on local power in Brazil. To achieve our goal, we classify the main investigations about regional policy according to its theoretical approach. Thus, the works were grouped into three major categories: structures, social capital and institutions. The first, aggregates the works that explain the local power from some characteristics of the Brazilian social and political formation. In the second, we try to insert those studies that aim to identify the most common social attributes of the members of the local ruling elites, and how these resources can be understood as symbolic resources that are converted into political power. In the third, we included those studies that sought to understand politics in States and Municipalities, especially from the re-democratization, as a result of the incentives created by political institutions. We concentrated our analysis on the different ways that these theoretical approaches answered two classic questions of political and social theory: who governs? And how does it govern? In addition, when we answer the first question, we

try to highlight the sources of the social power of the governing groups. Finally, we elaborate some indications about the explanatory potential of each of the theoretical references.

KEYWORDS: Local politics; institutions; structure; capital.

INTRODUÇÃO

A política local brasileira tem sido objeto de importantes pesquisas e debates no interior da sociologia política e da ciência política. As elites e o modo como se governam Estados e Municípios – é a essas duas unidades que nos referimos quando usamos a expressão política local – foram abordadas a partir de uma diversidade de prismas teóricos.

O objetivo desse trabalho é classificar os principais estudos sobre a política local brasileira, a partir dos referenciais teóricos usados por seus autores. Como todos os enquadramentos em tipos e categorias geram uma certa arbitrariedade, nos permitidos algumas licenças, a mais evidente é a dupla leitura que realizamos de *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, sem dúvida, a obra referencial acerca da política regional no Brasil.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica, que tem como objeto estudos relevantes sobre realidade política subnacional. Sendo assim, em nosso universo de análise, incluímos trabalhos que procuraram responder duas perguntas clássicas da Teoria Política e Social: *quem governa? E como governa?* Ao responder a primeira pergunta, demos especial destaque às fontes do poder social de quem governa.

Nem todos os trabalhos procuraram responder as duas perguntas, mas isso não foi um motivo de exclusão de nosso universo de análise. É preciso lembrar que a produção científica sobre a vida política local no Brasil é ampla e de ótima qualidade. Entretanto, para prejuízo do presente artigo, isso torna inevitável a não inclusão em nossa análise de trabalhos excelentes.

Em nosso entendimento, as pesquisas sobre a política local no Brasil podem ser divididas em três grandes abordagens: *i)* estruturais, que são aquelas que visam entender a política local a partir de alguns traços da formação social e política brasileira; *ii)* capital social, que são investigações sobre os recursos simbólicos mais comuns dos integrantes da elite política local; *iii)* Institucionalistas, que analisam como as instituições políticas incentivam diferentes padrões de relações entre os poderes Executivo e Legislativo, o que redundam em diversos modos de governar.

Cada um desses tipos será discutido em seções específicas do artigo. Ao final, à guisa de conclusão, faremos algumas indicações sobre o potencial explicativo de cada orientação teórica.

ABORDAGENS ESTRUTURAIS

Duas leituras de coronelismo, enxada e voto

A leitura de *Coronelismo, Enxada e Voto*, permite múltiplas interpretações para o poder dos coronéis na República Velha. A fim de compreender aquele fenômeno, Victor Nunes Leal relacionou o sistema coronelista com vários traços da formação social e política do Brasil, sem, contudo, apresentar um que fosse determinante. Segundo José Murilo de Carvalho:

Victor Nunes combinou diversas abordagens, sem atribuir a apenas uma variável caráter explicativo exclusivo e excludente. Reconhece uma estrutura agrária e uma classe proprietária que se inserem na economia de exportação. Mas o coronel, operador dessa economia, é também um ser profundamente político que interage com o Estado, servindo-o e dele se servindo, perdendo lentamente no processo sua hegemonia (CARVALHO, 2012, pg. 13)

Acreditamos ser possível ler, ou reler, esse clássico da sociologia política brasileira através das duas principais tradições do pensamento político e social brasileiro: *a sociologia da dependência e a sociologia da herança patriarcal-patrimonial* (TAVOLARO, 2005).

Ao lermos *Coronelismo, Enxada e Voto*, a partir da sociologia da dependência, podemos enfatizar o caráter arcaico do capitalismo brasileiro, baseado na grande propriedade rural. Nesse caso, como latifundiários, os coronéis podem ser analisados como uma classe economicamente dominante, que controlava o principal ativo econômico daquela sociedade essencialmente rural, a terra. Assim, essas figuras transformavam seu poderio econômico em grande influência política.

A partir da sociologia da herança patriarcal-patrimonial, o coronelismo pode ser entendido como herdeiro da hipertrofia do poder privado no Brasil. Tal elemento da formação social e política brasileira, tem raiz na estratégia de colonização do território brasileiro, que atribuiu muito poder às famílias patriarcais. Assim se inicia a expansão do poder privado, que viria a se fundir com o poder público.

Sinteticamente, os coronéis podem ser entendidos como uma classe social dominante ou através do binômio tradição/carisma, sendo assim, como figuras que exerciam uma dominação na política local da República Velha, que articulava elementos tradicionais e carismáticos.

Os coronéis como uma classe economicamente dominante

O coronelismo, conforme descrito por Victor Nunes Leal, no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, foi um sistema político que vigorou durante a República Velha (1889-1930). Era baseado nos compromissos firmados entre os chefes políticos locais, e os governos estaduais e federal. A base dessa arquitetura eram os grandes proprietários de terra, que interligavam os municípios com os demais níveis de governo.

Segundo o próprio Victor Nunes Leal, o que explicaria a emergência do coronelismo era a “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social inadequada” (LEAL, 2012 [1948]). Essa estrutura social era um capitalismo arcaico, baseado na grande propriedade rural, e uma sociedade ainda pouco urbanizada. Acrescenta-se a esse quadro a baixa participação eleitoral, e teremos um retrato suficientemente claro dessa estrutura social inadequada¹.

Nessa formação social atrasada, os grandes latifundiários eram figuras dominantes. Ao controlarem o principal recurso econômico, a terra, eles podiam subordinar toda a sociedade, inclusive bloquear o acesso ao mercado e à sociedade política (CARVALHO, 1997). Assim, a fonte do poder social dos coronéis era a sua posição na infraestrutura econômica.

Não usamos o termo infraestrutura à toa. Em uma interpretação marxista, eles se faziam chefes políticos locais, devido ao seu poder econômico. Eram uma classe social, e como proprietários dos meios de produção mais estratégicos daquela sociedade, configuravam-se em classe dominante nos municípios brasileiros durante a República Velha. Victor Nunes Leal não chama os coronéis de classe social em sua obra. Mas, segundo Carvalho (2012), está claro em *Coronelismo, Enxada e Voto*, que eles formavam uma classe social².

Contudo, o coronel tradicional, ou seja, o grande proprietário rural, muitas vezes não exercia o poder diretamente. Os chefes políticos locais podiam ser médicos e advogados, por exemplo, mas esses “doutores” eram parentes ou aliados dos autênticos coronéis. Havia também o que Victor Nunes Leal classificou como *absenteísmo*. Isso ocorreria quando o coronel, depois de ter herdado e consolidado a sua liderança, se afastava do município para ser deputado federal, ou exercer algum cargo no poder executivo de outras esferas de governo. Mas, mesmo nessa situação, eles preservavam o poder político local, pois deixavam nos municípios seus *lugares tenentes*. Assim, “doutores” e lugares tenentes, eram delegados da classe dominante, e exerciam o poder como representantes dela.

Dessa maneira, a política local pode ser compreendida a partir da estrutura social e das relações de classe resultantes dela. O capitalismo arcaico, a estrutura social inadequada, nos dizeres de Victor Nunes Leal, instituiu relações de produção específicas. Segundo Marx (1974 [1859], 1996 [1867]) as relações de produção são constituídas pelas formas de propriedade dos meios de produção, ou seja, pela maneira como a propriedade dos meios de produção é dividida.

Marx, em suas obras históricas³, distingue o *poder real* do *poder nominal*. Muitas

1 Segundo Nicolau (2004), apenas 2,3% da população brasileira, em média, participou das dezoito eleições presidenciais realizadas durante a República Velha (1889-1930).

2 Carvalho (2012, pg. 15) afirma: “No entanto, está claro que eles constituem uma classe social, e uma classe dominante, e que foi seu enfraquecimento como produtores que os levou a um acordo com o poder estatal. Há aí, sem dúvida, indicação da mordida marxista”.

3 As obras principais obras históricas de Marx são: *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*, *Lutas de Classes na Alemanha*, *A Guerra Civil na França*, *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*.

vezes a classe economicamente dominante não governa diretamente. O governo pode ser exercido por outra classe que retém o poder governamental, mas não o poder estatal, que continua sendo da classe economicamente dominante (CODATO; PERISSINOTTO, 2001). Isso significa que essa classe economicamente dominante controla os recursos institucionais do aparelho de Estado, mas não exerce a gestão cotidiana desses mesmos recursos.

Sendo assim, o poder real – que poderia ser exercido nominalmente pelos próprios coronéis, por seus aliados, ou lugares tenentes – estava assentado em uma classe economicamente dominante, formada pelos proprietários de grandes extensões de terra. Além disso, essa classe dominante era a base de um sistema de poder que articulava todos os níveis de governo durante a República Velha.

Os coronéis como herdeiros do poder privado hipertrofiado

Para Victor Nunes Leal, a figura central da política local durante a República Velha era o coronel. Essa figura pode ser entendida como herdeira do patriarca dos tempos coloniais e do império. É visível o eco da tradição intelectual que enfatiza a importância do patriarcalismo na formação do Brasil em *Coronelismo, Enxada e Voto*.

Desde *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, que uma linhagem do pensamento político e social brasileiro destaca a importância do patriarcado para compreender as relações de poder no Brasil. A origem do patriarcalismo remonta às grandes dimensões territoriais da colônia, que dificultaram a sua ocupação econômica e político-administrativa (QUEIROZ, 1976; JANOTTI, 1981). As longas distâncias e as dificuldades de comunicação, somadas à pequena penetração da ordem estatal, corporificada nas Câmaras Municipais e controladas pelos patriarcas⁴, proporcionou aos grandes proprietários rurais um poder absoluto⁵, não apenas sobre esposas e filhos, mas também sobre parentes, agregados e escravos (FREYRE, 2006 [1933]; ITABORAÍ, 2005). Dessa maneira, a família patriarcal se constituiu em uma verdadeira unidade econômica, política e social, além de ser uma esfera de autoridade e afetividade (ITABORAÍ, 2005).

Além da direção econômica da colonização, e de um poder ilimitado dentro de suas posses, esses “homens de valor”, que possuíam a riqueza, tornaram-se também homens de posição, ao integrarem os governos das vilas e, assim, dispor do poder repressivo das milícias (JANOTTI, 1981). Desse modo, a família patriarcal será empreendedora e diretora do Estado (ITABORAÍ, 2005). Essas são as origens sociais da hipertrofia do poder privado no Brasil colonial. Mas, segundo Victor Nunes Leal, o coronelismo não era resultado da

4 Segundo Janotti (1981, pg. 16): “De início, os cargos de vereadores só podiam ser providos pelos “homens bons” – em geral, colonos de fortuna – ou por aqueles que tivessem exercido cargos públicos, desde que de irrepreensível probidade. Constituíam a elite econômica local, sendo em sua maioria proprietários de terras.”

5 O coronel já não tinha esse poder absoluto, pois uma das condições para o surgimento do coronelismo foi a própria decadência econômica dos coronéis. O declínio ocorreu devido ao avanço das informações (estradas, rádios e telégrafos) e de outras atividades econômicas, como a indústria e o comércio. Assim ocorreu o enfraquecimento do poder político dos coronéis sobre seus dependentes e rivais (QUEIROZ, 1976; CARVALHO, 1997)

mera sobrevivência desse poder privado hipertrofiado. Segundo o autor, o coronelismo:

“É antes uma forma particular de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 2012 [1948]).

Max Weber (2000 [1922]) definiu patrimonialismo como a extensão ou penetração do poder privado no poder público, o que comprometeria a universalidade e impessoalidade deste. Em *Coronelismo, Enxada e Voto*, o patrimonialismo se manifestava na política local através do *paternalismo* e do *filhotismo*. No primeiro caso, segundo Victor Nunes Leal, o coronel, a fim de manter o seu poder político, distribuía favores pessoais, que em geral eram empregos públicos. O paternalismo, por sua vez, levava ao filhotismo, que seria o preenchimento dos cargos da prefeitura pela simples vontade do coronel, e não por critérios técnicos. A consequência, segundo Leal, era a completa desorganização do serviço público local.

Assim, nessa leitura feita através da sociologia da sociedade patriarcal, o poder local durante a República Velha residia nos coronéis, entendidos nessa interpretação não como membros de uma classe dominante, mas como chefes de famílias patriarcais. A sua fonte de poder não seria apenas a posse da terra, mas também uma cultura específica que informava as relações sociais no meio rural e nas pequenas cidades brasileiras.

Como a centralidade das famílias patriarcais era algo histórico, que remontava ao período colonial, podemos dizer que os coronéis exerciam uma espécie de dominação tradicional. Como eles eram responsáveis por trazer benesses para seus municípios, que em geral eram paupérrimos, a ação dos coronéis ganhava contornos de heroísmo⁶. Desse modo, os coronéis eram também lideranças de tipo carismático, que atuava em momentos de dificuldade econômica e política. Seu poder, além de ter uma fonte tradicional, também se originava em seu carisma pessoal. Portanto, os coronéis governavam porque exerciam uma dominação que mesclava carisma e tradição.

O modo autoritário de exercício do poder

Seja qual for a explicação da origem do poder social dos coronéis – seja o binômio tradição/carisma ou a propriedade dos meios de produção – o grande controle que eles tinham sobre a administração municipal significava também um comando desmesurado das forças repressivas do Estado que atuavam em nível local. Isso implicava em um modo autoritário de exercer o poder.

Segundo Victor Nunes Leal, um dos grandes trunfos que o governo colocava à disposição do coronel era o controle do poder de polícia. O chefe político local nomeava

⁶ Victor Nunes Leal afirma o seguinte sobre a atuação do coronel: “É ao seu interesse à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, o futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede esgoto, a água encanada – tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo.” (LEAL, 2012 [1948], pg. 58).

pessoas de sua confiança para os cargos de delegado e subdelegado. Com esse poder era possível atrapalhar a oposição, negar favores aos adversários e “fechar os olhos” às perseguições aos inimigos (LEAL, 2012 [1948]).

O autoritarismo contra a oposição é uma das características do mandonismo, que pode ser definido como o exercício pessoal e arbitrário do poder (CARVALHO, 1997). Sendo assim, de acordo com Carvalho (1997), o mandonismo não é um sistema político como o coronelismo, mas uma característica da política tradicional, que estava presente na política local antes da República Velha⁷. É, portanto, um aspecto do sistema coronelista.

O mandonismo, somado ao filhotismo e ao paternalismo, além do controle de um grande contingente de votos de cabresto, dava aos coronéis um poder desproporcional na vida política local durante a República Velha. Além de se constituírem em classe dirigente (*quem governa?*) exerciam o poder de modo autoritário (*como governa?*) Isso, conclui Victor Nunes Leal, levava a uma mistificação do regime representativo.

Abordagens do capital social

Teoria das Elites e Teoria do Nepotismo

Um conjunto importante dos estudos sobre a política local brasileira é aquele que procurou estudar a trajetória das elites dirigentes de Estados e municípios. Essas pesquisas buscaram verificar se os dirigentes políticos tinham traços socioeconômicos que os distinguiam do restante da população, e se esse perfil determinava de alguma forma um tipo específico de ação política.

Dois ramos de análise podem ser diferenciados nessa tentativa de investigar as elites políticas e judiciárias locais. O primeiro, influenciado pela teoria das elites, procurou se concentrar na pesquisa de um grupo de características sociais e econômicas, como escolaridade, profissão, raça, renda e sexo. O segundo, que desenvolveu a teoria do nepotismo, pesquisou se os membros das elites locais pertenciam a um número restrito de famílias historicamente ligadas ao poder, ou eram ligadas a elas de outras formas, através de casamentos, por exemplo.

Entretanto, os dois grupos parecem estar unidos pelos métodos de identificação das elites dirigentes. Ambos “acharam” a elite no topo das principais instituições da sociedade local (Poder Executivo, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, Tribunais de Conta, Tribunais de Justiça). Como o sugerido por Wright Mills (1962), eles estudaram aqueles indivíduos que ocupam as principais posições nessas instituições. Além disso, esses dois ramos são ligados pelo fato de considerarem a elite uma minoria que tem o poder de decidir sobre questões que afetam o cotidiano das pessoas (DAHL, 1970)⁸

⁷ Ver: *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz e *O coronelismo: uma política de compromissos*, de Maria de Lourdes M. Janotti.

⁸ A referência a esses métodos de achar as “elites” é mais explícita naqueles estudos influenciados pela teoria das elites. Entretanto, há uma grande coincidência no universo de indivíduos pesquisados pelos dois ramos de pesquisa. Ou

A despeito de certas semelhanças metodológicas há diferenças teóricas entre esses grupos. Love (1982) analisou a trajetória social e política da elite paulista entre 1889 e 1937. Seu estudo pesquisou dados biográficos de 263 indivíduos que ocuparam os cargos mais importantes no governo e nos partidos dominantes (Partido Republicano Paulista e Partido Democrático). O autor constatou que a maior parte dos membros da elite estadual tinha formação universitária, pois apenas 8% não cursaram o ensino superior. Além disso, três quartos eram formados em direito ou medicina, sendo que 63% deles estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo. Esse grupo ainda exercia um número restrito de profissões, como advocacia, jornalismo, magistério, além de estar envolvido em certas atividades econômicas, especialmente agricultura e indústria.

Levine (1980), em estudo sobre a elite pernambucana, chega a conclusões parecidas. O autor analisou dados sobre 276 líderes que fizeram parte da elite pernambucana entre 1889 e 1937. Constatou-se um alto grau de homogeneidade no grupo dirigente estadual. Segundo os dados levantados por Levine, mais de 90% dos integrantes desse grupo tinham o ensino superior, especialmente em cursos como medicina e direito, sendo que cerca de 70% deles estudaram na Faculdade de Direito do Recife. Além disso, exerciam profissões liberais, ou atividades empresariais ligadas à indústria e comércio.

Em estudo mais recente, Perissinotto, Codato, Braga e Fuks (2007) organizaram um amplo trabalho sobre as elites parlamentar, administrativa e partidária do Paraná, durante o governo de Jaime Lerner (1995-2003). O universo de pessoas analisadas abrangia deputados da Assembleia Legislativo do Estado, secretários estaduais e presidentes das seções regionais dos partidos. Ao todo foram investigadas a trajetória de 108 pessoas.

Os autores concluíram que os membros do grupo dirigente eram predominantemente homens, brancos, de religião católica e oriundos dos estratos alto e médio da sociedade. Em se tratando de formação e carreira profissional, esses dirigentes políticos tinham, em geral, curso superior, eram formados majoritariamente em cursos de direito e engenharia e, antes de ingressar na carreira política, eram profissionais liberais ou servidores públicos.

A conclusão desses pesquisadores os aproxima de alguns dos postulados de autores clássicos das Teorias das Elites, como Gaetano Mosca e Robert Michels. Mosca (*apud* GRYNSZPAN, 1996), por exemplo, afirmava que as sociedades são divididas em dois grupos: uma minoria que governa (centenas de pessoas) e uma grande massa de milhões que é governada. Ainda segundo Mosca, os indivíduos que compõem essa minoria dirigente carregam atributos socialmente muito valorizados (como curso superior, atuação em profissões de prestígio, envolvimento em atividades empresariais importantes, origem nas classes alta e média alta). Além disso, Mosca chamava a atenção para o fato da elite ser formada por um grupo pequeno de pessoas, o que permitia a ela agir de forma organizada, em contraposição a uma maioria descoordenada.

A tendência à concentração de poder nas mãos de poucas pessoas também foi
seja, ambos coincidiram em identificar os membros das elites nas mesmas posições institucionais.

ressaltada por Robert Michels (1982, [1911]). Segundo ele, as organizações levavam necessariamente a uma estrutura oligarquizada de poder, sendo essa uma tendência irresistível, chamada por Michels de *lei de ferro da oligarquia*. Isso ocorreria inclusive em partidos políticos de esquerda e de base popular, tidos como bastiões da democracia (GRYNSZPAN, 1996).

A abordagem da política local a partir da Teoria das Elites, como mostram os estudos acima resumidos, considera que o grupo dirigente dos Estados Brasileiros é pequeno, homogêneo e coeso. Assim, ao responder sobre quem governa, esses trabalhos, em consonância com as tradições do elitismo nas ciências sociais, e com estudos sobre a elite nacional, constataram que os governantes estaduais formam uma espécie de espelho invertido da sociedade⁹.

Assim, as fontes de poder dos dirigentes políticos locais estão assentadas no fato de possuírem atributos socialmente valorizados e restritos a uma pequena parcela da população. Também é evidente a homogeneidade e coesão dessas elites, o que incentiva outro importante fator de poder desse grupo, a capacidade de organização.

Joseph Love (1980) mostrou em seu trabalho que 43% do grupo de lideranças paulistas estudado por ele tinham relações de parentesco. Esse fato, sem dúvida, emprestava maior unidade aquele grupo dirigente. Esse elemento familiar na composição das classes governantes tem sido bastante explorado pela sociologia política brasileira, como forma de compreender quais fatores influenciam no acesso às posições de poder. A partir da constatação de que o pertencimento à determinadas famílias importantes é um fator relevante para integrar a elite política, alguns autores desenvolveram a chamada teoria do nepotismo.

Segundo Oliveira (2012) quando falamos em nepotismo em sociologia política, estamos abordando as relações entre estruturas de parentesco e estruturas de poder. Isso levaria a políticas que conjugam favoritismo e patronagem, o que redundaria em uma grande rede de interesses e influências. A base dessa articulação de interesses e favores é o pertencimento à determinadas famílias, que são definidas por Oliveira (2018, pg. 28):

A nossa leitura, a nossa visão, conceitualmente, ela é muito claramente definida – família é qualquer reunião social em que exista um conjunto de relações pessoais, de relações sociais, de afeto, de afinidade, de relacionamentos, sejam eles quais forem dentro de um pacto social que se estabeleça nessa própria unidade familiar.

Os inúmeros estudos que tendem a explicar a política local a partir da teoria do nepotismo (OLIVERIA, 2001, 2007, 2012, 2018; MONTEIRO, 2016), chegaram a 5 conclusões básicas: *i) membros de um conjunto restrito de famílias tendem a ocupar posições de poder nas principais instituições da sociedade local por longos períodos de*

⁹ Por exemplo, Joseph Love mostra em seu estudo sobre a elite paulista, que 1 em cada 250 habitantes do Estado de São Paulo possuía ensino superior em 1940. Isso corrobora a conclusão de José Murilo de Carvalho em seu estudo sobre a elite imperial. Segundo ele, os dirigentes políticos brasileiros formavam uma “ilha de letrados” (CARVALHO, 2003).

tempo, o que as transforma em verdadeiras famílias históricas; *ii*) a rede de influências dessas famílias não está restrita a uma ramo do Estado, pelo contrário, ela se espalha por todos os poderes; *iii*) aqueles que não pertencem a essas famílias, se associam a elas indiretamente, através de alianças políticas, ou diretamente, através de casamentos; *iv*) a partir do controle dos principais meios institucionais, elas desenvolvem uma ação política específica, o que resulta em processos singulares de *state-building*, como exemplifica o estudo de Oliveira (2001); *v*) Os processos de modernização, que são caracterizados pela racionalização e burocratização das relações sociais, não eliminam a presença e influência dessas famílias.

Assim, a fonte de poder para esse grupo de estudiosos são as relações de parentesco, em especial o pertencimento a famílias históricas. Dessa maneira, quem governa Estados e Municípios para a teoria do nepotismo é um grupo restrito de famílias que, ao instrumentalizar posições de comando em benefício próprio, montam e operam redes de influência.

A despeito das diferenças, a teoria do nepotismo e a teoria das elites, em nosso entendimento, podem ser unidas, ao menos aproximadas, pelo conceito de capital social de Pierre Bourdieu. Segundo esse sociólogo francês, capital social é um conjunto agregado de recursos, efetivos e potenciais que estão ligados a uma rede de relações e reconhecimentos (BOURDIEU, 1985; PORTES, 2000).

Assim, os atributos socialmente valorizados da teoria das elites, ou o pertencimento a um pequeno grupo de famílias de prestígio, é reconhecido pelos membros das elites governantes como meios de acesso à posições de poder. Sendo assim, formas de capital social, como formação superior, atuação em profissões liberais e atividades empresariais, e determinadas relações de parentesco, se convertem em poder político. Resumidamente, as fontes de poder de quem governa são recursos simbólicos valorizados.

Abordagens institucionalistas

O neoinstitucionalismo tem exercido grande influência nos estudos sobre a política local desde os anos 90. As pesquisas que têm como base essa abordagem teórica, procuram explicar o exercício do poder em Estados e Municípios a partir dos incentivos criados por determinadas instituições políticas.

Segundo Douglass North (2018), as instituições são regras formais ou informais que reduzem a incerteza da ação humana ao conferir uma estrutura à vida cotidiana. Essas instituições orientam os indivíduos sobre o que é proibido e o que é permitido fazer, assim estabelecem as condições para que as pessoas exerçam determinadas atividades. Desse modo, as instituições são, de acordo com North, o espaço onde se dá a interação humana.

É a partir dessa ideia de interação, mediada por instituições, que podemos compreender as diversas análises acerca da política estadual produzidas pelos autores institucionalistas. Em suas pesquisas, eles encontraram diversos padrões de interação entre

os poderes Executivo e Legislativo, o que significa a existência de formas diferenciadas de governar.

Um desses padrões é o que se denominou de “ultrapresidencialismo estadual”. Segundo Abrúcio (1998) os governadores adquiriram grande importância no processo de redemocratização nos anos 80. Isso se associou à concentração de inúmeros poderes nas mãos dos chefes dos executivos estaduais, alguns deles, conforme destaca o autor, são: a possibilidade de nomear conselheiros para o Tribunal de Contas, de indicar o Procurador Geral do Estado, além do controle de recursos importantes para os projetos eleitorais dos deputados estaduais.

Tal acúmulo de poder permitia aos governadores formar uma ampla base de apoio na Assembleia Legislativa, e impedir ou limitar iniciativas de fiscalização dos órgãos de controle e dos parlamentares. A consequência, para Abrúcio, seria a emergência de um poder incontestável no âmbito local, um ultrapresidencialismo.

A um diagnóstico parecido chegou Schlegel (2018). Para esse autor as Assembleias Legislativas dos Estados têm limitado poder decisão, tanto em termos sobre quais assuntos elas podem deliberar, quanto no que tange ao controle das ações do Poder Executivo. Assim, os parlamentos estaduais têm poucos recursos institucionais, o que, segundo Schlegel, levaria a um quadro de atuação débil e deficitária.

Entretanto, outros trabalhos mostraram uma relação mais equilibrada entre os poderes Executivo e Legislativo no âmbito estadual. Anastasia (2001) e Santos (2001), em estudos sobre as Assembleias Legislativas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, respectivamente, mostraram que os legislativos estaduais podem desenvolver uma agenda própria, e não apenas deliberar sobre os projetos dos governadores. Segundo os autores, esse padrão equitativo é possível em contextos onde os parlamentares tentam se aproximar dos eleitores. Os estudos de Anastasia e Santos evidenciam alguns fatores que incentivam essas iniciativas: qualificação e profissionalização do corpo técnico dos parlamentos, estímulo à participação da sociedade civil, que visava melhorar a informação sobre as políticas públicas preferidas dos cidadãos, grande descentralização dos trabalhos legislativos e alta competição eleitoral por uma vaga no legislativo estadual.

O que essas diferenças nos mostram é que as instituições políticas não limitam a um modo único as interações entre os poderes. Assim, relações mais ou menos equilibradas entre os poderes Executivo e Legislativo tem definido padrões diferentes de como se governam os Estados brasileiros desde a redemocratização.

CONCLUSÃO

Como vimos, a política local brasileira pode ser compreendida a partir de inúmeras teorias. Essas abordagens teóricas podem focalizar na classe política, em quem governa, ou na maneira que essas lideranças exercem o seu poder, na forma como se governa.

Pretendemos nessa conclusão fazer alguns apontamentos sobre as teorias estudadas nesse trabalho, e as possibilidades que elas oferecem às pesquisas acerca da política local.

Coronelismo, Enxada e Voto ainda tem muito a ensinar sobre a política regional. É fato que não existem mais as condições sociais que permitiam aos coronéis exercer uma enorme influência em seus municípios, e assim, se constituírem na base de um sistema político que amarrava também as esferas estadual e federal de governo.

Mas essa obra descreveu uma espécie de gramática da política local brasileira, que é composta pelo *governismo, fisiologismo, mandonismo e filhotismo*. Um caminho de pesquisa seria investigar como que essas práticas, ainda muito presentes no cotidiano da política, se adaptaram em uma sociedade urbanizada, assentada economicamente nos serviços e bastante estratificada socialmente.

Quanto ao estudo sobre elites e famílias, acreditamos que, além de descrever as características sociais e políticas dos dirigentes, e demonstrar a contínua presença de membros de um número restrito de famílias em posições de poder, é preciso associar o perfil das elites e a permanência de algumas famílias ao processo de formação social ou de *state-building*. Desse modo, um caminho interessante a ser seguido a partir dessas abordagens teóricas, seria replicar o exercício feito por Ricardo Costa Oliveira, em *O Silêncio dos Vencedores*, em outros Estados, ou até mesmo cidades, ou seja, compreender a formação dessas unidades federativas, a partir de uma investigação sobre o perfil e a ação de suas elites. Essa é uma possibilidade ainda pouco explorada, tanto pela Teoria das Elites quanto pela Teoria do Nepotismo.

Quanto à tradição institucionalista, é preciso continuar explorando a diversidade de padrões de governabilidade existentes nos Estados e Municípios brasileiros, especialmente depois das grandes transformações políticas ocorridas nos últimos anos. Além disso, um outro caminho para os estudos que partem desse marco teórico, seriam as pesquisas históricas acerca das transformações institucionais dos governos subnacionais. Como os seus poderes, atribuições e relações com o poder central se modificaram ao longo do tempo.

Essas três tradições apresentam um grande potencial explicativo, e amplas possibilidades de estudar a política local, seja de forma articulada com o nível nacional, ou no que ela tem de específico, de singular.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, L. F. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.

ANASTASIA, F. Transformando o Legislativo: a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, F (org). **O poder legislativo nos Estados**: diversidade e convergências. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 163 – 187

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: J. G. R. (org.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**, Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-58, 1985

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 40, n° 2, 1997.

_____. Prefácio à sétima edição. In: LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].

CODATO, A. N.; PERISSINOTTO, R. M. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 9-28

DAHL, R. Uma crítica ao modelo da elite dirigente. In: AMORIM, M. S. **Sociologia Política II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006 [1933].

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, 1º semestre de 1996, pp. 35-83.

ITABORAÍ, N. R. A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. **Revista Antropológicas**, Recife, vol. 16, n. 1, 171-196, 2005

JANOTTI, M. L. M. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].

LEVINE, R. **A velha usina**: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOVE, J. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. São Paulo: LiberArs, 2016.

NICOLAU, J. Participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: a questão social no novo milênio, 8º, 2004, Coimbra. **Anais...Coimbra**, 2004. Disponível em: < <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf>> Acesso em: 04 de setembro de 2020.

NORTH, D. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

OLIVEIRA, R. C (org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: LiberArs, 2018.

_____. “Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007”. **Sociologias**, v. 18, pp. 150-169, 2007.

_____. **Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Editora Insight, 2012. 271 p.

_____. **O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PERISSINOTTO, R. M; CODATO, A; BRAGA, S. S; FUKS, Mário (orgs.). **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PORTES, A. **Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea**. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.º 33, 2000, pp. 133-158

QUEIROZ, M. I. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, F. A dinâmica legislativa no Estado do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura. In: SANTOS, F. (org.). **O poder legislativo nos Estados: diversidade e convergências**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 163 – 187

SCHLEGEL, R. Presidencialismo e influência restrita no centro limitam poder de Assembleias. In: TOMIO, Fabrício R. de L; RICCI, P (org.). **Governadores e Assembleias Legislativas: instituições e política nos Estados Brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2018.

TAVORALO, Sérgio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, nº 59, junho de 2005, pp. 5-22

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 [1922].

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono Emocional 47
Achille Mbembe 6, 52, 53, 62, 64
Antropologia 33, 34, 89, 109, 182, 186, 187, 223, 230

B

Base Nacional Curricular Comum 185

C

Ciência sem Fronteiras 7, 110, 111, 114, 121, 122
Classes Sociais 7, 29, 122, 166
Comunidades Rurais 98, 99, 104
Consciência Ecológica 83, 86, 89, 95
Costureiros 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178
Crimes contra a honra 207, 213, 214
Crise da modernidade ocidental 6, 1, 2, 10
Currículo básico 5, 7, 180, 181, 190

D

Deleuze 52, 64, 129, 138
Democracia racial 5, 6, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 37
Desigualdade Social 15, 113, 223
Direitos da infância 209, 219
Ditadura Civil-Militar 177, 223, 224

E

Ecologia de saberes 1, 2, 3, 7, 12, 16
Escola de Chicago 83, 90, 91, 95
Espiritualidade 125, 126, 127, 129, 132, 135, 137, 138, 139
Estado Democrático de Direito 207, 208, 214, 218
Ética do cuidado 5, 6, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80
Ética profissional 69, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150

F

Favela de Acari 220, 222

G

Gilberto Freyre 19, 21, 23, 34, 36, 197, 205

H

Human Exemptionalism Paradigm 91

I

Interseccionalidade 110, 112, 119, 121, 122

M

Mães de Acari 8, 220, 221, 222, 226, 228, 229, 230, 231

Memória Coletiva 98, 100, 106, 108, 109

Mercado de trabalho 7, 152, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 224

Michel Foucault 6, 52, 53, 58

Mobilidade Espacial 98, 106, 107, 108

Modelo Patriarcal 212, 215

Movimento Negro 111, 112

N

New Environmental Paradigm 83, 91

Nova Era 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135, 137, 138

P

Pós-modernidade 6, 1, 2, 6, 7, 11, 15

Projetos Intervencionista 98

Q

Quilombo 19, 23, 35, 36

R

Regime de Poder 6, 52, 53, 57, 63

Relativização 25, 136, 140, 141, 144

S

Sigilo Profissional 7, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Sul Global 1, 2, 3, 5, 6, 7, 16

T

Teoria Moral 69, 70, 71, 79, 81





Teoria Política 56, 193

V

Violência contra a mulher 207, 208, 219

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021